

**CONSELHO DE MINISTRO**

Comunicações e das Tecnologias de Informação.

**Resolução n.º 14/2004,**

**de 19 de Julho**

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves*

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

As funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais são atribuídas, nos termos do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 24 de Novembro, por Resolução do Conselho de Ministro, a uma estrutura administrativa.

A criação de uma estrutura institucional nova de controle da actividade de certificação de assinaturas digitais só se justifica quando o volume e a complexidade de tarefas de fiscalização administrativa sejam incompatíveis com a integração num outro organismo público. Não sendo essa a realidade prevalecente no País, pelo menos a curto e médio prazo, convém aproveitar um organismo público já existente e com intervenção no domínio das tecnologias de informação.

Com o presente diploma, são atribuídas ao Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, criado por Resolução nº 1/2004, de 19 de Janeiro, as funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais.

Assim, ao abrigo do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 24 de Novembro, e

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

**Artigo único**

As funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais são atribuídas ao Instituto das